

1 **ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA CONSULTIVA DO COMITÊ DE**
2 **INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL – CEIVAP, REALIZADA**
3 **NO DIA TRINTA E TRINDA E UM DE OUTUBRO DE 2017, NO HOTEL VIVENDA, EM PENEDO,**
4 **ITATIAIA - RJ.** Aos trinta dias do mês de outubro de dois mil e dezessete, instalou-se a 3ª Reunião Ordinária
5 da Câmara Técnica Consultiva (CTC) do CEIVAP, no Hotel Vivenda, em Penedo, Itatiaia/RJ, com a **presença**
6 **dos seguintes membros:** Minas Gerais – Evaristo Gonçalves Peixoto (Prefeitura de Pirapetinga), Geraldo Sergio
7 dos Santos Werneck (CBA), João Emídio Lima da Silva (IAVARP), Jackson Leandro Moreira Gonçalves
8 (FUPAC); Rio de Janeiro – Eduardo Schlaepfer Ribeiro Dantas (CEDAE), Roberto Machado de Oliveira (Instituto
9 Rio Carioca), Lincoln Sérgio Vieira Alves Barreto (Light Energia), Antônio Carlos Simões (CSN), João Gomes
10 Siqueira (UENF), Vera Lúcia Teixeira (O Nosso Vale! A Nossa Vida!), Markus Stephan Wolfjungkell Budzynkz
11 (APEDEMA-RJ); São Paulo – Zeila Piotto (Fiesp), Luiz Roberto Barretti (ABES/SP), Teresa Cristina Brazil de
12 Paiva (EEL/USP), José Roberto Schmidt (CETESB), Fabrício Cesar Gomes (DAEE); **dos seguintes convidados:**
13 Osman Fernandes (ANA), Elias Adriano (AJADES), Juliana Fernandes (AGEVAP), Ana Costa (AGEVAP),
14 Daiane dos Santos (AGEVAP) e Gabrielle de Castro (AGEVAP); **para tratar da seguinte pauta: 1** – Aprovação
15 da ata da última reunião; **2** – Discussão do Termo de Referência que tem como objeto a contratação de empresa
16 especializada para elaboração de estudos visando à proposição de mecanismos e valores a serem cobrados pelo
17 uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul e das águas transpostas da bacia do rio Paraíba
18 do Sul para o rio Guandu; **3** – Assuntos gerais; e **4** – Apresentação sobre os projetos do CEIVAP; **5** - Assuntos
19 Gerais. Conferido o quórum, o Coordenador da Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP, Sr. Luiz Roberto
20 Barretti, abriu a 3ª Reunião Ordinária da CTC de 2017, agradecendo a presença de todos e passando para a
21 discussão do primeiro item da pauta. **ITEM 1: Aprovação da ata da última reunião** – O Sr. Eduardo Dantas
22 (CEDAE) solicitou alterar a frase na linha 66 da ata da reunião anterior e disse que enviaria as propostas de
23 alteração para a Daiane dos Santos (AGEVAP). O Sr. Barretti aprovou a ata após não haver mais nenhuma
24 alteração. **ITEM 2: Discussão sobre o Termo de Referência que tem como objeto a contratação de empresa**
25 **especializada para elaboração de estudos visando à proposição de mecanismos e valores a serem cobrados**
26 **pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul e das águas transpostas da bacia**
27 **do rio Paraíba do Sul para o rio Guandu** – As Sras Juliana Fernandes e Ana Costa (AGEVAP) realizaram uma
28 apresentação sobre o histórico da cobrança, as deliberações do CEIVAP relativas à cobrança pelo uso da água e
29 os pontos para discussão no Termo de Referência. A Sra Juliana Fernandes (AGEVAP) começou a apresentação
30 informando sobre a impossibilidade de comparecimento do Sr. André Marques (AGEVAP) devido a uma reunião
31 previamente agendada no Comitê Guandu. Ela apresentou sobre o histórico da cobrança pelos recursos hídricos
32 na bacia do Rio Paraíba do Sul e o contexto atual desse instrumento. Em seguida, a Sra Ana Costa (AGEVAP)
33 falou sobre as principais alterações solicitadas pela CTC referente ao Termo de Referência, elaborado pelo diretor-
34 presidente da AGEVAP, André Marques. A Sra Juliana Fernandes (AGEVAP) explicou que a aprovação do TdR
35 é uma meta prevista para 2017 no Contrato de Gestão entre o CEIVAP, a AGEVAP e a Agência Nacional de
36 Águas (ANA). Após as apresentações, o documento foi aberto para que todos os presentes pudessem discutir as
37 possíveis alterações. A Sra Ana Costa (AGEVAP) apresentou as principais alterações propostas: readequação
38 para consolidação do Plano de Trabalho; Pesquisa bibliográfica e levantamento de custos para análise crítica do
39 instrumento de cobrança; proposta da metodologia ser terceira etapa; construção do aplicativo de simulação da
40 cobrança; oficina com os usuários; e por último proposição de ações de gestão visando o aprimoramento do
41 instrumento na bacia. A Sra Zeila Piotto (Fiesp) falou que além de propor mecanismos e valores e de fazer toda a
42 análise crítica, é preciso propor, também, ações de gestão. Ela disse que será preciso discutir, em um segundo
43 momento, o processo de quem analisa cada item e os produtos. O Sr Osman Fernandes (ANA) comentou que as
44 decisões técnicas dos objetivos do instrumento têm sido, historicamente, políticas no que se refere aos termos de
45 utilização desses instrumentos. O Sr João Emídio Lima (IAVARP) falou que é preciso ver o que é ideal e o que é
46 possível nesse momento, pra não perder a visão estratégica. Zeila Piotto (Fiesp) comentou que o título inicial do
47 Termo de Referência como “propor mecanismos e valores” passa a impressão que não há cobrança naquela bacia
48 e solicitou alterar o título. Os participantes concordaram em alterar para “Contratação de Empresa Especializada
49 para Elaboração de Estudos visando o Aprimoramento da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos de Domínio
50 da União na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul”, segundo as sugestões da Sra Zeila Piotto (Fiesp) e da Sra
51 Moema Versiani (INEA), enviada por e-mail para a AGEVAP. A Sra Zeila Piotto (Fiesp) sugeriu que o documento
52 apresente um parágrafo explicando para a empresa a ser contratada o que é o CEIVAP e um segundo parágrafo
53 com um breve histórico da cobrança citando as resoluções. A Sra Juliana Fernandes (AGEVAP) afirmou que já
54 possui o resumo e irá acrescentar. As Sras Moema Versiani (INEA), por e-mail, e Zeila Piotto (CIESP – Taubaté)
55 sugeriram alterar a nomenclatura da Etapa 1 para “Consolidação do Plano de Trabalho” e tirar que o produto é
56 esperado pela CTC, visto que é esperado pelo comitê como um todo. A Sra Teresa Cristina (EEL/USP) sugeriu
57 agrupar o item 1.2 ao item 1.1 da etapa 1. A Sra Juliana Fernandes (AGEVAP) afirmou que a empresa vai discutir
58 com a AGEVAP e a Agência vai levar a proposta do Plano de Trabalho para a CTC, onde os membros farão
59 sugestões de alterações e apresentarão o Plano com as adequações para a AGEVAP. Ela falou, ainda, que no
60 Termo de Referência está definido que as reuniões serão realizadas na sede da AGEVAP e propôs que as reuniões
61 externas sejam custeadas pela empresa. O Sr João Gomes pediu mais informações sobre os indicadores e
62 resultados, qual o produto final da aplicação dos recursos da cobrança. A Sra Zeila Piotto (CIESP – Taubaté)
63 propôs acrescentar análise crítica dos instrumentos e como são aplicados os recursos da cobrança. Ela reiterou

que o desafio é analisar se existem ou não indicadores de resultados e afirmou que para a empresa propor é necessário haver o diagnóstico e a análise crítica do instrumento. A Sra Teresa Cristina (EEL/USP) sugeriu que o item de pesquisa bibliográfica nacional e internacional fosse realocada para antes do item 2.1 sobre a crítica dos instrumentos. O Sr Fabrício Gomes (DAEE) propôs que haja um mecanismo que defina em quanto tempo poderão ser realizados quais metas. Luiz Roberto Barretti (ABES/SP) respondeu que isso é produto do Plano de Bacia. João Emídio Lima da Silva (IAVARP) falou que precisa de uma maior integração entre todos os órgãos que atuam na bacia para não haver sobreposições. O coordenador da CTC sugeriu que todos os assuntos em pauta fossem discutidos no dia 30 para que não houvesse necessidade de ter o segundo dia de reunião. O Sr Osman Fernandes (ANA) disse que se a Câmara Técnica avançar demais nas discussões, pode comprometer o próprio Plano e atrasar o processo e ter que recontratar o Plano para o *time* ser adequado. A Sra Juliana Fernandes (AGEVAP) explicou que o Plano ainda não foi contratado, mas está em fase de licitação e que até o final do ano já deve ter sido finalizado e uma empresa será a vencedora. O planejamento é que comece em janeiro com o Plano que tem contrato de 19 (dezenove) meses para o CEIVAP e, a partir do 19º mês, para os comitês afluentes com proposta de 12 (doze) meses. A Sra Zeila Piotto (FIESP) comentou que o que pode ser feito é reajustar o Plano de Trabalho, quando for relacionado ao tema de investimento, e prever dentro do detalhamento da agenda de trabalho do Plano de Bacia. O Sr Eduardo Dantas (CEIVAP) pediu para acrescentar ao TdR quem é cobrado, se existem subsídios setoriais, para onde e para que são destinadas as aplicações dos valores, qual a metodologia de composição da formação dos valores a serem cobrados e a forma de rateio desse recurso. Ele pediu, ainda, que contemple a verificação de quem propõe e define a metodologia e se existem limites mínimos e máximos da cobrança e indexadores, comparando também, se existem outras fontes/taxas e impostos, que incidem sobre a população e as empresas destinadas para a mesma finalidade. A Etapa 3 “Oficinas Setoriais” passou a ser a Etapa 5 e se chamará “Oficina com Usuários”. Serão realizadas 8 Oficinas ao invés de 7, sendo uma delas para a Comissão Especial Permanente de Articulação CEIVAP e Comitê Guandu. A Sra Vera Lúcia Teixeira (CBH-MPS) propôs que as notas técnicas que falam da transposição da Agência Nacional de Águas (ANA) sejam utilizadas como subsídio no documento. Alguns membros responderam que as notas não são consideradas embasamento legal pois são resoluções e deliberações, mas podem ser consideradas. A Sra Zeila Piotto (FIESP) falou que acha que a cobrança pelo consumo também deve ser contemplada no documento. Ela sugeriu avaliar a pertinência da parcela de consumo existente na metodologia atual, tendo em vista as metodologias recentes e seus aspectos regulatórios e legais. Depois, a Sra Zeila Piotto pediu para acrescentar os recursos por tipologia. A Sra Vera Lúcia Teixeira (CBH-MPS) disse que seria interessante pensar não só na qualidade mas também em períodos diferentes, estiagem e não estiagem. O Sr Eduardo Dantas (CEIVAP) falou que é preciso identificar para cada tipo de atividade poluidora qual seria o parâmetro mais indicado para cobrar de acordo com o impacto no corpo hídrico. A Sra Moema Versiani (INEA) sugeriu, por e-mail, avaliar a pertinência de proposição para todos os seguimentos de coeficiente relativo às boas práticas. O Sr Jackson Gonçalves (FUPAC) propôs colocar os parâmetros de qualidade mais representativos do licenciamento. O Sr Eduardo Dantas (CEIVAP) disse que o TdR precisa sugerir cinco metodologias diferentes para cobrança. A Sra Zeila Piotto (FIESP) propôs a formulação de metodologia de cobrança igual para todos os usuários e, a partir daí, avaliar cenários para diferentes PPU's. O Sr Luiz Roberto Barretti (ABES/SP) explicou que o item anterior do TdR definiu uma metodologia que será avaliada com cenários diferentes. O Sr Fabrício Cesar Gomes (DAEE) sugeriu pedir para propor três metodologias e avaliar os PPU's de acordo com essas diferentes metodologias. O Grupo concordou em pedir, através do Termo de Referência, para que a empresa apresente quantas metodologias de cobrança forem necessárias, sem definir um número mínimo e sem se limitar apenas às experiências já existentes. A Sra Zeila Piotto (FIESP) comentou que depois que as propostas de metodologias passarem pela Oficina com os Usuários, voltarão para a CTC discutir. Ela propôs, ainda, que a Câmara Técnica se reúna para discutir o resultado das oficinas, em termos de valor e metodologia, e uma reunião posterior para discutir ações de gestão e minuta de deliberação. A Sra Juliana Fernandes (AGEVAP) sugeriu que a Etapa 6 mudasse de nome de “proposição de ações” para “consolidação do estudo e proposta de Deliberações”. Ela explicou o cronograma e alterou as datas conforme os produtos do Plano de Bacia. **Etapa 1:** consolidação do Plano de Trabalho, produto 1: relatório contendo a consolidação, ata da CTC. Previsão de um mês pra empresa fazer um Plano de Trabalho e para a CTC avaliar; **Etapa 2:** dividida em dois produtos: produto 2 – todos os levantamentos, divididos em: 2.1 – pesquisa bibliográfica nacional e internacional, 2.2 – pesquisa bibliográfica de transposição, 2.3 – levantamento de custos, 2.4 – consolidação dos dados qualitativos e quantitativos e 2.5 – levantamento dos custos de manutenção da delegatária e produto 3 – análise crítica. Previsão de três meses para a empresa concluir. **Etapa 3:** propostas de aperfeiçoamento da metodologia da cobrança, proposta de três meses, produto 4 – elaboração das propostas, 3.2 – proposição de cenários, produto 5 – apresentação à Câmara Técnica; **Etapa 4:** produto 6 – construção de um aplicativo de simulação da cobrança, proposta de ser entregue junto com as considerações da CTC; **Etapa 5:** Oficina dos Usuários, oito oficinas, sendo sete com cada setor e uma com a comissão, produto 7 – relatório da oficina, proposta de um mês, e oficina de transposição; **Etapa 6:** Consolidação de estudos e proposta de deliberação, produto 8 – apresentação da compilação do resultado da oficina na CTC e minuta de deliberação, produto 9 – apresentação do relatório final consolidado na Plenária e sua apresentação ao Comitê, previsão de três meses para essa etapa. A previsão de conclusão do cronograma é de dez meses. Sobre a cobrança da transposição, a Sra Zeila Piotto (FIESP) explicou que quando houve discussão no Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), a representante da FIESP solicitou mudança na Resolução de aprovação, tendo em vista que não houve Nota técnica da ANA e não foi

127 seguido nenhum rito e que por ser relativa à cobrança federal deveria passar por todos os trâmites usuais para ser
128 aprovada no CNRH. A CTC vai analisar as recomendações que virão do CNRH. A Sra Juliana Fernandes
129 (AGEVAP) disse que enviaria as propostas consolidadas durante a 3ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica
130 Consultiva aos membros até o dia 10 de novembro e os mesmos teriam até o dia 20 de novembro para retornar
131 com contribuições sobre a forma do Termo de Referência. Os membros concordaram que o TdR será enviado à
132 diretoria do CEIVAP para que seja dado encaminhamento ao documento. A Sra Zeila Piotto (FIESP) sugeriu que
133 a CTC faça um parecer recomendando que a diretoria do CEIVAP aprove o TdR. **ITEM 3: Assuntos Gerais** – o
134 Sr Luiz Roberto Barretti sugeriu agendar a próxima Reunião Ordinária da CTC para o dia 08 de fevereiro de 2018,
135 quinta-feira. Não havendo mais nada a tratar, o Coordenador deu por encerrada a 3ª Reunião Ordinária da Câmara
136 Técnica Consultiva do CEIVAP, agradecendo a participação de todos. A presente ata foi lavrada por mim,
137 Gabrielle de Castro, Secretária *ad hoc*, e, depois de aprovada, foi assinada pelo Coordenador da CTC, Sr Luiz
138 Roberto Barretti, que presidiu a reunião.

139
140
141
142
143
144
145
146
147
148
149
150

Itatiaia, 31 de outubro de 2017.

Luiz Roberto Barretti
Coordenador da Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP